

# INTRODUÇÃO

## Parte I

Ricardo Paes de Barros\*

Miguel Nathan Foguel\*

Gabriel Ulyssea\*

A primeira parte deste livro reúne os trabalhos voltados para a mensuração da queda recente na desigualdade de renda do Brasil. Por isso o primeiro aspecto a ser destacado é o fato de os cinco primeiros capítulos dessa parte concluírem, de forma unânime, que o período 2001-2005 se caracterizou, de fato, por uma queda contínua e acentuada na desigualdade de renda. Ainda que essa tendência de queda já pudesse ser observada desde o Plano Real, somente a partir de 2001 ela apresenta uma clara aceleração. Por outro lado, apesar do modesto declínio na desigualdade de renda familiar *per capita*, observado entre 1995 e 2001, a desigualdade de renda do trabalho caiu substancialmente nesse período (Hoffmann, 2006; e Menezes, Fernandes e Pichetti, 2006).<sup>1</sup> Portanto, embora a desigualdade de renda do trabalho venha declinando de forma acentuada e contínua desde 1995, apenas a partir de 2001 esse processo passou a ser acompanhado por uma redução substancial na desigualdade de renda familiar *per capita*.<sup>2</sup>

Esses cinco primeiros capítulos estão de acordo também quanto ao fato de a distribuição de renda de 2005 apresentar uma relação de dominância de Lorenz sobre a de 2001. Isso significa que, qualquer que seja a medida de desigualdade utilizada, a desigualdade de renda é menor em 2005 do que em 2001 e, portanto, a queda observada independe da medida escolhida para aferi-la. Os capítulos 2 e 4 demonstram, ainda, que essa queda não é simples flutuação estatística, e, além disso, o segundo capítulo mostra que ela é robusta a hipóteses sobre a presença de economias de escala dentro das famílias, ou sobre diferenças nas necessidades básicas de crianças, de adultos e de idosos.

Outro tópico fundamental, porém pouco explorado na literatura, diz respeito ao potencial impacto diferenciado da inflação sobre os

\*Ricardo Paes de Barros é coordenador de Avaliação de Políticas Públicas do Ipea, Miguel Nathan Foguel e Gabriel Ulyssea são pesquisadores do Ipea.

<sup>1</sup>Hoffmann, R. *Brasil, 2004: menos pobres e menos ricos*. Parcerias Estratégicas. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), n. 22, 2006, p. 77-88. Edição especial: Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad, 2004). Menezes Filho, N. A.; Fernandes, R.; Pichetti, P. Rising human capital but constant inequality: the education composition effect in Brazil. *Revista Brasileira de Economia*, v. 60, p. 200-250, 2006.

<sup>2</sup>Na quarta parte do livro voltamos a analisar a evolução da desigualdade em renda do trabalho, assim como o porquê de só a partir de 2001 ela passar a ser capaz de reduzir a desigualdade em renda familiar *per capita*.

diferentes segmentos da distribuição de renda. O capítulo 5 apresenta evidências de que, ao longo da última década, a inflação foi mais acentuada para os ricos do que para os pobres. Portanto, medida tal como tradicionalmente, isto é, supondo-se que a inflação afete a todos da mesma forma, a queda na desigualdade de renda entre 2001 e 2005 tende a subestimar a verdadeira queda ocorrida no período.

No que se refere à magnitude da redução na desigualdade, os três primeiros capítulos apresentam claras evidências de que ela foi elevada. O capítulo 1 mostra, por exemplo, que a queda recente foi mais acelerada que o crescimento na desigualdade observado na década de 1960, o qual tanta atenção pública recebeu. Já o capítulo 2, esse mostra que o desempenho dos últimos anos coloca o Brasil entre os países com maior capacidade de reduzir a desigualdade na última década. Quanto aos impactos dessa queda, o capítulo 3 argumenta que o acentuado declínio na pobreza experimentado entre 2001 e 2005 decorreu em grande medida da concomitante queda na desigualdade.<sup>3</sup>

Não obstante os importantes avanços observados, a desigualdade permanece ainda extremamente elevada no País, conforme reconhecem, explicitamente, os três primeiros capítulos. Dessa forma, a experiência recente só pode ser encarada como um primeiro passo de uma longa jornada cuja continuidade é fundamental. Há, contudo, evidências de desaceleração da queda na desigualdade. Com efeito, os capítulos 1, 2, 3 e 5 mostram que a redução observada em 2005 foi muito menor do que aquela verificada no ano anterior, embora não esteja muito abaixo da média para o quadriênio 2001-2005. A evidência mais preocupante vem, porém, da análise da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 2006. Os capítulos 2 e 6 mostram que, ao menos nas regiões metropolitanas, a desigualdade de renda não declinou durante o primeiro semestre de 2006.

Além da questão da evolução da desigualdade propriamente dita, os capítulos 1, 3 e 5 também investigam a evolução do bem-estar e da pobreza no período, temas esses que serão revisitados com maior nível de detalhe na *segunda parte* do livro. De maneira geral, esses artigos apontam para o fato de a última década ter sido marcada por melhorias nos níveis de bem-estar e, em particular, por uma acentuada queda na pobreza. Entretanto, tais melhorias não foram contínuas ao longo do período, e sim concentradas nos momentos de crescimento de renda *per capita*; vale dizer, na implantação do Plano Real e no último biênio (2004-2005). No entanto, no que tange exclusivamente à acentuada queda na pobreza observada entre 2001 e 2005, a maior parte dela foi

<sup>3</sup> A *segunda parte* apresenta uma discussão mais detalhada da relevância e das consequências da queda recente na desigualdade de renda.

decorrência da concomitante redução na desigualdade. Nesse período, os ganhos de renda dos mais pobres foram, em termos relativos, muito superiores aos dos mais ricos, o que caracterizou um processo de discreto crescimento econômico acompanhado de uma forte redução na desigualdade e na pobreza (capítulos 1, 3 e 5).<sup>4</sup>

Por fim, o capítulo 7 analisa a questão da subestimação da desigualdade de renda brasileira decorrente da utilização de pesquisas domiciliares – notadamente a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) – como fonte de dados para captar a renda das famílias. Pesquisas domiciliares de abrangência nacional são, em todos os países, a principal fonte de informações sobre a desigualdade de renda e, em particular, a Pnad é internacionalmente reconhecida como uma base de elevada qualidade. Ainda assim, não há dúvida de que pesquisas dessa natureza tendem a subestimar a renda de ativos dos mais ricos e a renda não monetária dos mais pobres. O capítulo 7 busca, portanto, mensurar esse grau de subestimação comparando as informações da Pnad com as da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) e aquelas do Sistema de Contas Nacionais (SCN). Conclui-se que, apesar do grau de subestimação da renda ser acentuado, seu impacto distributivo é pequeno: os resultados demonstram que a Pnad não deve subestimar o real grau de desigualdade em muito mais que 5%. Além disso, não há razões para crer que esse grau de subestimação tenha variado ao longo do tempo, o que indica que as variações na desigualdade, estimadas com base na Pnad, são fidedignas.

<sup>4</sup> O significado e a importância desse estilo de crescimento, bem como suas implicações para o combate à pobreza, são objetos de análise da *segunda parte* do livro.

